

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BANCO MUNDIAL PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Mirivan Carneiro Rios¹

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NO. 9.394/96).

RESUMO: Este trabalho buscará analisar a interferência do Banco Mundial nas políticas educacionais brasileiras e seus reflexos para professores e educandos, principalmente quando o discurso neoliberal se torna hegemônico na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, à época em que Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República em 1994.

Palavras-Chave: Neoliberalismo, Educação Brasileira, Ensino Fundamental

Segundo vários críticos do “capitalismo realmente existente” no Brasil, o País estaria vivendo, desde o início dos anos 90, sob um regime “neoliberal”.

Anteriormente, o modelo de desenvolvimento implantado autoritariamente durante a ditadura militar brasileira, apoiava-se no fortalecimento do papel do Estado, no endividamento externo, na substituição das importações e na manutenção de superávits na balança comercial, em que a exportação de grãos desempenhava um importante papel.

No período de 75 a 85 verifica-se o fortalecimento da sociedade civil em contraposição ao Estado autoritário. Vão emergindo e radicalizando-se os movimentos populares, sindicais, as Organizações Não-Governamentais. Das questões imediatas e específicas como o custo de vida, a demanda por creches, o arrocho salarial, a situação da educação e outras, os movimentos vão ganhando uma conotação mais política, surgindo grandes movimentos

¹ Mirivan Carneiro Rios, licenciado em Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar pela Faculdade de Educação de Cacoal; licenciado em Matemática pela Universidade Federal de Rondônia; especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral, e Gestão Escolar pela Universidade Federal de Rondônia, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

nacionais, como os que se articularam em torno da luta pela anistia e da luta pelas Diretas Já.

Com o desgaste da ditadura, surgem *projetos alternativos de desenvolvimento*: o *neoliberalismo* empunhado pelas elites dominantes e o *socialismo democrático*, defendido pelos setores populares.

O governo Sarney caracterizou-se como o início da transição do modelo de desenvolvimento autoritário estatal para o liberal, mas não foi essencialmente nem uma coisa, nem outra. Seu "liberalismo" que atingiu a esfera política e ensaiou os primeiros passos no campo econômico, efetivou-se praticamente como um regime de caráter populista, com forte intervenção estatal. Tanto o modelo neoliberal que começava a se implantar quanto o modelo autoritário mostravam sua incompatibilidade com a democracia substancial: sob os dois modelos crescia vertiginosamente no país a concentração de renda, a marginalização, a favelização das cidades.

Em 1989 tem-se o fim de um ciclo de confronto entre o projeto neoliberal e o socialismo democrático, sendo vitorioso o projeto neoliberal que propunha o livre mercado e menos Estado.

O projeto neoliberal que saiu vitorioso e iniciou-se no governo Collor, diferentemente do período Sarney, provocou significativas mudanças na economia do país, apresentando-se como um projeto de desenvolvimento e modernização. Tal projeto subordinou o Brasil ao modelo de "modernização conservadora" estabelecido pelas pressões do capital internacional, acelerou a abertura da economia do país, diminuiu a capacidade reguladora do Estado, fez inúmeras concessões ao FMI, Clube de Paris e credores internacionais, passando a instalar-se definitivamente no país, com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República.

Inevitavelmente e em virtude de firmar-se como um discurso único, o Neoliberalismo atinge em cheio todas as esferas da vida social – a econômica (preponderante), a política, a social e a cultural. Desta última, destaca-se, para efeitos deste trabalho, a educação brasileira nos contornos recomendados para o Ensino Fundamental, alvo de toda uma retórica que, subrepticamente, se instala pelas profundas remodelações sentidas quando da implantação definitiva da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a LDB 9.394/96. Tal lei, refletiria, também, os interesses e interferências do Banco Mundial (BIRD) nesta área educacional, ao conferir-lhe um caráter eminentemente tecnicista e adequado, portanto, aos condicionamentos exigidos pelo “mercado”, guindado a deus irredutível e em nome de quem todos deveriam vergar-se na “sociedade do conhecimento”.

Assim,

o Banco Mundial vem recomendando um pacote de reformas educativas para os mais variados países, que contém, dentre outros, os seguintes elementos centrais: a) Prioridade na educação primária; b) Melhoria da eficácia da educação; c) Ênfase nos aspectos administrativos; d) Descentralização e autonomia das instituições escolares, entendida como transferência de responsabilidades de gestão e de captação de financiamento, enquanto ao Estado caberia manter centralizadas as funções de fixar padrões, facilitar os insumos que influenciam o rendimento escolar, adotar estratégias flexíveis para a aquisição e uso de tais insumos e monitorar o desempenho escolar; e) A análise econômica como critério dominante na definição das estratégias (KRUPPA, s/d.).

A análise econômica mencionada no último item constitui, segundo o Banco Mundial, a metodologia principal para a definição das políticas educacionais. Portanto, de acordo com Altmann “(...) um instrumento de diagnóstico para começar o processo de estabelecer prioridades (...)” (2002, p. 77-89).

Para Gentili o neoliberalismo,

[...] trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista que se inicia no final dos anos 60 e que se manifesta claramente já nos anos 70. Por outro lado, ela expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante [...].

Portanto, o neoliberalismo expressa a clareza de seus objetivos enquanto regime de governo, que tem como suporte financeiro o Banco Mundial e os países desenvolvidos como mentores. Os governos neoliberais não só transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que esta transformação seja aceita como a única saída possível para a crise.

Todavia, os grandes pensadores neoliberais reconheceram que a construção desse novo senso comum, era um desafio prioritário para garantir o êxito na construção de uma ordem social regulada pelos princípios do livre mercado e sem a interferência perniciosa da intervenção estatal, ou seja, aniquilação total do Estado, pois qualquer forma de intervenção estatal constituirá um sério risco para liberdade individual e o caminho mais seguro para a imposição de regimes totalitários como o da Alemanha nazista e o da União Soviética.

Na América Latina, uma das primeiras experiências do neoliberalismo, ocorreu no Chile com a ditadura do General Pinochet iniciada em 1973; todavia, essa experiência não parou somente no Chile, no decorrer dos anos 80, após anos de ditadura, o neoliberalismo chega ao poder em quase todas as nações, por meio do voto popular.

Para os neoliberais a crise educacional é explicada pela profunda expansão desordenada e anárquica que o sistema educacional vem sofrendo nos últimos anos. Ainda, como se isso não bastasse, a culpa recai também sobre os gestores dos estabelecimentos escolares.

De acordo com Gentili (2006, p. 5),

a existência de mecanismos de exclusão e discriminação educacional resulta de forma clara e direta, da própria ineficiência da escola e da profunda incompetência daqueles que nela trabalham. Os sistemas educacionais contemporâneos não enfrentam, sob a perspectiva neoliberal, uma crise de democratização, mas uma crise gerencial. Esta crise promove, em determinados contextos, certos mecanismos de “iniquidade” escolar, tais como a evasão, a repetência, o analfabetismo funcional etc.

Corroborando Gentili, afirma Torres (1996, p.40) que “o ensino resume-se a um conjunto de insumos (*inputs*) que intervêm na caixa preta da sala de aula - o professor sendo mais um insumo - e a aprendizagem é vista como o resultado previsível da presença (e eventual combinação) desses insumos”.

Desta forma, o produto [!] final da escola na perspectiva neoliberal não poderia ser outro, pois com um profissional desgastado pela carga horária excessiva, baixos salários,

condições precárias de trabalho e instalações muitas vezes inadequadas há de, forçosamente, cair a qualidade do ensino.

Mas o que importa na política educacional, para o Banco Mundial, é “ [...] a ênfase será sobre a regulação do custo x benefício, e não sobre a qualidade de instrução. A regra é diminuir custos e ampliar a abrangência da educação – atender a mais pessoas” (LUIZ et al, 2006, p. 7).

Segundo Coraggio (2006, p. 16) além do cálculo das relações financeiras de custo-benefício, o instrumental economicista de abordagem da educação implica, em última análise, a gradual introjeção e institucionalização de valores da esfera do mercado no âmbito da educação e da cultura educacional.

Portanto, a democratização da escola está igualmente subordinada ao reconhecimento de que tal tarefa depende inexoravelmente, da realização de uma profunda reforma administrativa do sistema escolar orientada pela necessidade de introduzir mecanismos que regulem a eficiência, a produtividade, eficácia, em suma: a qualidade dos serviços educacionais, dentro da visão neoliberal.

Para os neoliberais, a escola funciona mal porque foi malcriadamente peneirada pela política, porque foi profundamente estatizada. Portanto, deverá ser privatizada para que funcione bem, pois a concorrência do mercado criará mecanismos de disputa no qual só os bons conseguirão sobreviver.

Como efeito de tudo isso o grande mérito do projeto neoliberal consiste em transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a à sua condição de propriedade. Afinal, o modelo de homem ideal a ser formado pela escola para o neoliberalismo será o homem privatizado, empreendedor e consumidor.

E continua a investida neoliberal na assertiva de que também, um outro responsável pela crise da educação é o próprio sindicato dos professores e demais organizações que defendem o direito igualitário a uma escola pública de qualidade.

Ora, de acordo com Gentili (ibid), “mesmo quando os neoliberais chegam ao poder e desenvolvem (muitas vezes com êxito) sua implacável desarticulação dos mecanismos de intervenção do Estado, e sua não menos implacável fragmentação das organizações sociais, nem sempre a crise educacional se soluciona”.

Portanto, fica claro que o extermínio do Estado, dos sindicatos e organizações, não é a solução para a crise do sistema educacional, mesmo no sistema neoliberal. O que os neoliberais procuram fazer é uma inversão dos valores sociais conforme pode ser visto na descrição de Gentili (ibid),

Trata-se segundo os neoliberais, de um problema cultural provocado pela ideologia dos direitos sociais e a falsa promessa de que uma suposta condição de cidadania nos coloca a todos em igualdade de condições para exigir o que só deveria ser outorgado àqueles que, graças ao mérito e ao esforço individual, se consagram como consumidores e empreendedores.

Na realidade o que fica claro, é que para os neoliberais o importante é competir, e uma sociedade moderna é aquela na qual só os melhores triunfam. Em outras palavras, a escola funciona mal ou inadequadamente, pelo simples fato das pessoas não reconhecerem o valor do conhecimento e os professores trabalharem pouco e não se atualizarem, porque são

preguiçosos, motivando os alunos ao fingimento de que estudam, quando na realidade estão perdendo o seu tempo.

Para o Banco Mundial, a resolução da situação centraliza-se em objetivos já discutidos pelo *Consenso de Washington* no plano das reformas estruturais que se estendem ao campo educacional.

Assim, são propostas alternativas, tais como:

- a) por um lado, a necessidade de estabelecer mecanismos de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais (no caso do ensino fundamental o SAEB);
- b) por outro a necessidade de articular e subordinar a produção educacional às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho.

Dentro das políticas públicas educacionais dos governos neoliberais, o mercado configura-se como um ator na sua formulação, em especial para o Ensino Básico, pois é ele que determina a qualificação necessária que o indivíduo deverá ter para concorrer a uma vaga cada vez mais escassa. Ressalta-se, então, como característica básica do neoliberalismo, a transferência ou a transposição das metodologias empresarias para o setor educacional, em busca da “qualidade” supostamente almejada, para que se possa atender ao quesito empregabilidade apregoada. A escola deixa de ser uma instituição com metas próprias, para estar a serviço do mercado.

Não é, assim, de se estranhar que o Banco Mundial, atendendo a interesses das grandes corporações internacionais, financie e imprima programas educacionais para a América Latina. No caso específico do Brasil, o Banco Mundial lhe impõe uma lista de exigências que deverão ser cumpridas para que os financiamentos sejam liberados.

De acordo com Altmann *apud* Torres, 2006,

a educação passou a ser analisada com critérios próprios do mercado, e a escola é comparada a uma empresa. As propostas do BIRD para a educação são feitas, de acordo com a autora, basicamente por economistas, dentro da lógica e da análise econômica. A relação custo-benefício e a taxa de retorno constituem as categorias centrais, com base nas quais se define a tarefa educativa, as prioridades de investimento, os rendimentos e a própria qualidade.

Neste contexto, o Banco Mundial aparece como o principal articulador destas propostas educacionais, que têm como alvo principal os países em desenvolvimento, ditos periféricos, e a educação básica é o objetivo principal, com vistas a garantir a estabilidade do sistema. As descentralizações de verbas educacionais é outro fator importante a ser discutido pois, para os menos informados, isto se tornou um dos pontos-chave no âmbito das políticas educacionais, com a criação por medida provisória da DRU (Desvinculação de Recursos da União), que confere ao Estado a possibilidade de desvios de recursos de outros programas, a fim de canalizá-los de acordo com os seus interesses. Portanto, nada mais conveniente visto que, para Peroni (2003, p.118),

o financiamento da educação no Brasil sempre foi um terreno pouco explorado pelos educadores, o que tem mudado nos últimos anos, principalmente após a promulgação da Emenda Constitucional 14, que instituiu o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), tendo provocado polêmica suficiente para que

amplios setores da sociedade passassem a incorporar o tema nas pautas de discussão.

As reformas educacionais vêm sendo estabelecidas para atender às exigências do movimento de rearticulação do capital em nível mundial, as quais impõem estes ajustes como requisito para se alcançar o desenvolvimento e inserir-se no chamado mundo globalizado.

O que nos chama a atenção para o fato é que tais determinações do Banco Mundial em nada contribuem para a melhoria da educação brasileira, face ao direcionamento de verbas educacionais para o ensino fundamental na sua quase totalidade e no sentido de universalizar essa etapa sem preocupações maiores com a qualidade ministrada. Por sua vez, esta universalização pretende apenas, inserir no mercado de trabalho a grande maioria desfavorecida da população brasileira, concretizando-se, a continuidade da dualidade histórica da educação. Não só educandos são, então, marginalizados, como também os professores são obrigados a se “reciclar” por meio de formações continuadas que, desvinculadas da noção de totalidade, caminham pela permanência da fragmentação do conhecimento, sob o eufemismo da multidisciplinaridade. Assim, a prática pedagógica do professor em sala de aula fica definitivamente comprometida, passando a ser mais um “ideólogo” do senso comum, tido como verdade absoluta, ou seja, generaliza-se a apatia na escola e na comunidade a que pertence.

Para Altmann (2002, p.9),

A proposta [...] de criar cursos de treinamento para professores é condizente com tal perspectiva de educação, como se o professor fosse um simples aplicador de técnicas pedagógicas que podem ser facilmente aprendidas em algum curso ou, até mesmo, na televisão, através do TV Escola - também criado recentemente pelo Ministério da Educação.

Os educadores neste momento tornam-se uma massa de manobra da política nacional, mais precisamente dos interesses inescrupulosos de uma sociedade altamente capitalista que se reveste de um manto “democrático” para acalmar alguns exaltados que podem expressar a revolta, a indignação, expressas contra os projetos do governo. De acordo com Altmann (ibid), “note-se que o governo fala em treinamento de professores, sem se referir à sua formação inicial, o que demonstra o descaso do atual governo com o ensino [...]”.

O projeto de educação do governo brasileiro segue à risca as orientações do Banco Mundial a prioridade e deve ser o ensino básico, enquanto o ensino médio, profissionalizante e superior deve ser privatizado.

O desafio está lançado, portanto,

na preparação das crianças e jovens para as transformações que virão no século XXI. Rápidos avanços tecnológicos, uma economia global interdependente e uma contínua mudança social marcarão suas vidas. Deve-se oferecer às crianças e jovens uma educação que lhes permita exercer as profissões do futuro e aproveitar os benefícios de viver em uma sociedade democrática. (Souza e Riley, 2001, p.)

Para Altmann (2006, p.7),

O governo brasileiro também tem-se empenhado em convocar os pais e a comunidade para uma maior participação nos assuntos escolares, como demonstra o projeto *Amigos da escola* e o *Dia da família na escola* (24 de abril). Por meio de uma ampla campanha na mídia, o projeto *Amigos da escola* convoca a sociedade civil a prestar serviços voluntários às escolas. A participação da comunidade na escola pode trazer inúmeras contribuições, no entanto, a transferência para ela de responsabilidades do Estado mostra o quanto este tem-se eximido de suas responsabilidades sociais.

Desta maneira, ficou visível que, durante o governo FHC, o Estado desobrigou-se de alguns preceitos constitucionais que ampliavam as obrigações da União para com a educação em nome de uma nova racionalidade para o sistema educacional, ou seja, do projeto neoliberal de governo.

Confirmando esta assertiva, Peroni (2003, p.132), [...] além de cada vez mais querer repassar para a sociedade tarefas que, até então, eram suas, o Estado assume ainda mais seu caráter marcadamente classista [...].

O que vemos hoje é uma transferência de responsabilidade do governo para sociedade civil e isto tem cada vez mais ocasionado graves problemas para a sociedade e em especial para educadores e educandos que, para Torres (1996, p.40), “O ensino resume-se a um conjunto de insumos (*inputs*) que intervêm na caixa preta da sala de aula - o professor sendo mais um insumo - e a aprendizagem é vista como o resultado previsível da presença (e eventual combinação) desses insumos.

É importante lembrar, que todos os projetos educacionais do Banco Mundial são elaborados por economistas, indivíduos estes que não compreendem as reais necessidades da educação, além do que, a ênfase dada a estes projetos será sempre em torno do custo x benefício, que jamais leva em conta a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Corroborando Torres, afirma Altmann (2002, p.8) que,

O BIRD defende explicitamente a vinculação entre educação e produtividade, a partir de uma visão economicista. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL -, para que os países da América Latina se tornem competitivos no mercado internacional, é necessário que disponham de talentos para difundir o progresso técnico e incorporá-lo ao sistema produtivo.

Como conseqüência do minimalismo estatal preconizado pelo Banco Mundial, percebe-se a passagem da responsabilidade da escola para a iniciativa privada; portanto, a educação será regulada pelos interesses da minoria, ou seja, pelo capital; os educandos serão formados apenas para atender ao mercado, como se este não estivesse implícito no mundo do trabalho. Na verdade, a escolha da profissão, será determinada pela necessidade somente do mercado, na contínua alienação de educandos e profissionais da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. *Educ. Pesqui.*, ene./jun. 2002, vol.28, no.1, p.77-89. ISSN 1517-9702.

AZEVEDO, Janete M. Lins de . A educação como política pública. Polêmicas do nosso tempo, Autores Associados, São Paulo, 2001.

Banco Mundial, 1995. In: CORRAGIO, José Luís. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. De; WARDE, J. M.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/PUC-SP, 1996. pp. 75-124.

GENTILI, Pablo . Neoliberalismo e educação: Manual do usuário. Disponível em <http://firgoa.usc.es/drupal/node/3036> acessado em 04 de abril de 2006.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. **O Banco Mundial e as Políticas Públicas de Educação nos anos 90**. São Paulo: FEUSP, s.d., mimeo. 15 p.

NASCIMENTO, Iracema . Sociedade civil desafia governo a oferecer educação continuada para jovens e adultos. Observatório da Educação/Ação Educativa. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br:8080/observatorio/internet2/resumo.jsp?id=68> acessado em 01/04/06

SOUZA, Paulo Renato; RILEY, Richard. Educação além das fronteiras: Brasil e EUA estão eliminando as lacunas existentes na história, na cultura e no desenvolvimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07.01.2001, p. A3.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L. De; WARDE, J. M.; HADDAD, S. (Orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez Ed./Ação Educativa/PUC-SP, 1996. p. 125-194.